

Contrato nº 002/2021

SPTA nº03/2021

ETAPA 05

CARDENO FINAL

APRESENTAÇÃO DO PLANO DA ILHA DE MARÉ

MEMÓRIA DE REUNIÃO DA SEXTA OFICINA

EMISSÃO INICIAL 22/08/2022

Nº	DATA	DESCRIÇÃO	RESP.

Salvador, 2022.

Prefeitura MUNICIPAL DE SALVADOR
Bruno Soares Reis
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
João Xavier Nunes Filho
Secretário

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA
Tânia Scofield Almeida
Presidente

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DO PROJETO
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima
Diretora de Planejamento

Fernando Sergio Barbosa Teixeira
Gerente de Planejamento e Informações

Adriana Cardoso de Freitas – Assistente Social
Ana Lúcia Macêdo Pimenta – Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA FFA ARQUITETURA E URBANISMO

Floriano Freaza Amoedo – Arquiteto e Urbanista
Rodolfo Elias Madureira Filho – Arquiteto e Urbanista
Liana Viveiros e Oliveira – Arquiteta e Urbanista
Ana Gabriella Lima Guimarães – Arquiteta e Urbanista
Angela Pedrão – Arquiteta e Urbanista
Camila Barreto Coelho de Andrade – Urbanista
Carl Manfred Hauenschild – Arquiteto e Urbanista
Claudia Bispo Reis – Auxiliar Administrativo
Clélia Nobre de Oliveira – Eng. Sanitarista e Ambiental
Cristina Aragon – Arquiteta e Urbanista
Gisele de Deus Souza – Graduanda de Antropologia
Jader Lima de Farias – Economista
Juliana Fonseca - Bióloga
Lara Espinheira e Espinheira – Arquiteta e Urbanista
Maria do Socorro A. Fialho – Arquiteta e Urbanista
Mariana Ribeiro Pardo – Arquiteta e Urbanista
Marina Annes Duarte – Arquiteta e Urbanista
Mazai Oliveira Azevedo – Graduando de Antropologia
Mel Morena Varjão – Arquiteta e Urbanista
Monique de Souza Moraes Santos – Eng. Sanitarista e Ambiental
Natália Gabriel – Turismóloga
Paula Regina de Oliveira Cordeiro - Geógrafa
Rafael Arantes – Sociólogo
Rodrigo Melo Vellame - Sociólogo
Rejane de A. Santana dos Santos – Eng. Sanitarista e Ambiental
Roberto Falcão Souza – Eng. Civil
Ronaldo Silveira Lyrio – Geólogo
Ruy Aguiar Dias – Sociólogo
Sofia de Oliveira Souza Reis – Urbanista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022	19
Figura 2 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022	20
Figura 3 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022	20
Figura 4 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022	21
Figura 5 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022	21

Sumário

1. Apresentação do Plano da Ilha de Maré	6
2. Anexos	22
2.1. Prancha Plano Urbanístico de Santana	23
2.2. Ilustração Plano Urbanístico de Santana	24
2.3. Prancha Plano Urbanístico de Itamoabo e Neves	25
2.1. Ilustração Plano Urbanístico de Itamoabo e Neves	26
2.2. Prancha Plano Urbanístico de Praia Grande	28
2.3. Ilustração Plano Urbanístico de Praia Grande	29
2.4. Prancha Plano Urbanístico de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	30
2.5. Ilustração Plano Urbanístico de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	31
2.6. Prancha Plano Urbanístico de Botelho	32
2.7. Ilustração Plano Urbanístico de Botelho	33
2.8. Prancha Plano Urbanístico de Bananeiras e Maracanã	34
2.9. Ilustração Plano Urbanístico de Bananeiras e Maracanã	35
2.10. Lista de Presença da Oficina	36

1. Apresentação do Plano da Ilha de Maré

A reunião ocorreu no dia 10/08/2022 na Escola Municipal de Praia Grande, localizada em Praia Grande. A reunião propriamente dita iniciou às dez horas e trinta minutos, e terminou três horas depois, contando com a presença de 66 pessoas, entre elas, membros da comunidade, membros da FFA Arquitetura e Urbanismo - empresa contratada para consultoria do Plano da Ilha de Maré -, a equipe técnica da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e membros das demais secretarias da Prefeitura de Salvador. Antes, porém, foi oferecido café da manhã a todos os presentes e os convidados puderam assistir uma breve apresentação do grupo percussivo da ONG Maré Som, formado por jovens da comunidade de Praia Grande.

Essa reunião representou o encerramento de um processo que se iniciou no mês de outubro de dois mil e vinte e um e que, portanto, se estendeu por dez meses. Ademais, teve como objetivo apresentar o Plano da Ilha de Maré, fruto da elaboração coletiva entre equipe técnica e moradores da Ilha.

Antes da reunião começar os moradores puderam analisar as pranchas técnicas e perspectivas ilustrativas, fixadas na parede, referentes aos Planos Urbanísticos de cada localidade, bem como do Plano Físico Territorial. A equipe técnica esteve disponível para retirar dúvidas e registrar as eventuais considerações.

A organização da reunião se deu da seguinte forma: No primeiro momento os representantes da FMLF iniciaram a reunião, fazendo uma breve contextualização do trabalho exercido durante os últimos dez meses em Ilha de Maré; em seguida, apresentação do Plano da Ilha de Maré pela equipe técnica da FMLF, com o suporte da equipe da FFA. Por fim, os presentes poderiam usar o tempo para tirar dúvidas, fazer sugestões, ou criticar as propostas apresentadas.

Na fala de abertura, a representante da FMLF frisou a importância da participação popular durante a elaboração do Plano da Ilha de Maré e que o mesmo não poderia existir sem a participação dos moradores.

Foi informado que, após o fim da reunião, a FMLF irá trabalhar na publicação impressa e virtual do Plano da Ilha de Maré, que está previsto para sair em dois meses. A representante da fundação reforça que ainda é momento para fazer sugestões, críticas e tirar dúvidas e, mais que isso, que elas são muito bem-vindas, pois almeja-se que o produto final retrate o que foi trabalhado junto à comunidade. Após essas colocações, a palavra foi passada para a presidente da Fundação Mário Leal Ferreira.

Após agradecer a presença da comunidade, não só no momento em questão, mas em todas oficinas necessárias para a construção do plano, a presidente da FMLF lembrou que meses antes, quando foi comunicado que iria ser construído um plano de bairro para Ilha de Maré, a comunidade questionou a necessidade de construir um plano, argumentando que as urgências eram muitas e as intervenções imediatas eram necessárias. Ela manifestou à comunidade que se alegra bastante com o fato da mesma ter compreendido a importância da construção de um plano urbanístico, tal como foi construído em Ilha de Maré. Em seguida, ela destacou a importância do plano como um instrumento de controle social, sugerindo que obras podem ser acompanhadas e cobradas com o apoio desse documento oficial.

Antes de concluir ela informou que em paralelo a construção do plano, algumas questões emergências estavam sendo encaminhadas pela prefeitura. A primeira delas é a questão das encostas, onde algumas atividades já foram realizadas enquanto outras estão em andamento. A segunda é referente às conexões terrestres entre as localidades, onde a etapa de levantamento topográfico está sendo realizada.

Após sua fala de abertura, a presidente apresentou os representantes das secretarias municipais presentes. Estavam presente membros das seguintes Secretarias: A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda; Secretaria de Ordem Pública; Secretaria de Ação Social; Secretaria Municipal de Mobilidade; Fundação Gregório de Matos; Secretária da Mulher; Secretaria de Manutenção da Cidade e, por fim, um representante do IBGE.

Estava previsto que antes da apresentação do plano cada representante das secretarias ali presentes fizessem uma fala breve. Um membro da comunidade, no entanto, pediu a palavra e propôs, com base no pouco tempo disponível, que fosse dado

prioridade às questões do plano e que, só após isso e caso houvesse tempo, as secretárias se apresentassem. A sugestão foi acatada e a reunião seguiu para apresentação do Plano.

Conduzida por um membro da Fundação Mário Leal, a reunião seguiu seu curso. O representante, antes lembra, que o plano que será apresentado diz respeito a toda a comunidade de Ilha de Maré, onde esta foi pensada de forma integrada. Lembra também que a integração das comunidades bem como a facilitação de acesso aos serviços foram os objetivos desse plano.

O representante explica que o Plano é análogo a um plano de bairro e a perspectiva era dar um tratamento integrado a um território amplo e complexo. Por isso, era importante compreender o território Ilha de Maré como um todo, suas diferenças e similaridades.

O objetivo geral do plano, como foi apresentado pela FMLF é: promover o desenvolvimento territorial integrado e sustentável da Ilha de Maré, considerando as relações entre as comunidades e destas com o mar, para a melhoria das condições urbanísticas e ambientais e da qualidade de vida das pessoas que vivem, trabalham ou visitam a ilha. A partir do objetivo geral, foi destacado que desde o início do planejamento foi salientado a importância de estar atento a: 1) a especificidade das comunidades quilombolas de Ilha de Maré e da população que vive na ilha; 2) o respeito ao modo de vida e às tradições que fazem parte do cotidiano das pessoas; 3) a melhoria das condições urbanísticas – pavimentação, habitação, prestação de serviço, saneamento, dentre outros -; 4) e a questão ambiental – todo o interior possui áreas íntegras do ponto de vista ambiental com grande importância ecologia

Foi destacado também que o plano foi conduzido de uma maneira que permitisse atingir os seguintes objetivos específicos: 1) desenvolver projetos e ações para a integração dos diferentes territórios – a dificuldade de articulação entre as comunidades dificultam o acesso a alguns serviços públicos, como saúde-; 2) conservação das estruturas ambientais- visando preservar o patrimônio ambiental presente na Ilha-; 3) dimensionar as necessidades para a implantação ou melhoria de infraestrutura e equipamentos urbanos – haja vista que nesses aspectos há uma carência muito grande-; 4) mensurar as necessidades para a implantação e melhoria

dos serviços de infraestrutura, melhorar a qualidade dos espaços públicos, adequando-os para a atividades de esporte, cultura e lazer; e 5) criação de oportunidade de trabalho e geração de renda para a população residente.

Tendo os objetivos supracitados como direcionadores do planejamento, foram realizadas durante a construção do plano várias oficinas, distribuídas em cinco etapas. O membro da FMLF relembrou as oficinas realizadas até o presente momento, indicando os objetivos de cada oficina referente às cinco etapas do Plano da Ilha de Maré, bem como as localidades onde as mesmas foram realizadas.

Na primeira etapa a oficina foi realizada em outubro de 2021, onde a equipe técnica de elaboração do Plano da Ilha de Maré foi apresentada, assim como a metodologia do processo participativo foi acordada junto aos moradores. Nessa primeira etapa, lembra o representante, foram feitas reuniões em Santana, Bananeiras, Botelho, Porto dos Cavalos e Praia Grande.

A oficina da segunda etapa objetivou a Leitura do Território. Nessa oficina, os presentes mostraram os seus olhares sobre a ilha, apresentando à equipe técnica a leitura territorial de quem vive na Ilha de Maré. Nessa etapa, o funcionário da FMLF explicou que a quantidade de oficinas locais foi alterada, devido as dificuldades de deslocamento dos moradores de Itamoabo e Neves para Santana, objetivando facilitar a participação da população nas oficinas. Foram realizadas 6 oficinas que aconteceram nas seguintes localidades: Bananeiras, Porto dos Cavalos, Praia Grande, Botelho, Santana e Itamoabo. Essa última foi direcionada para os moradores de Itamoabo e Neves que na primeira etapa de oficinas tiveram que se deslocar para Santana.

A etapa seguinte teve como objetivo devolver às comunidades a leitura territorial entendida pela equipe técnica com base nas oficinas anteriores. As demais etapas, por vezes, tinham o objetivo de abordar a ilha como um todo, outras vezes, o interesse estava localizado para as especificidades de cada localidade. A reunião, atual, explicou o representante da FMLF, é uma apresentação dos resultados desse processo. Durante a apresentação foram apresentadas soluções entendidas como necessárias para que toda a construção do plano de Ilha de Maré acontecesse.

Utilizando os mapas como recurso, o representante apresenta o entendimento do território de Ilha de Maré. Segundo o que foi apresentado, o primeiro recorte agrupou esse território em quatro zonas de compreensão e, para cada uma delas, foram pensadas diretrizes para orientar o modo como cada uma das zonas deveria ser abordada. As zonas são as seguintes: zona de proteção sócio-ambiental quilombola – onde as propostas devem estar orientadas para a melhoria das condições habitacionais e a preservação das práticas cotidianas ligadas a luta pelo território e organização comunitária; a zona de proteção ambiental quilombola -, a zona de proteção ambiental; e a zona de comércio e serviços. As propostas para esta zona devem orientar a oferta de infraestrutura, de comércio e serviços e apoio as práticas cotidianas dos moradores e visitantes.

A questão principal, segundo o representante da FMLF, está relacionada à conexão entre as comunidades. Hoje existem caminhos, mas está sendo proposto um sistema viário que possibilite a integração entre as pequenas comunidades, facilitando o fluxo de pessoas entre elas e assim, facilitando o acesso aos serviços públicos e outras funções urbanas.

Foi pensada a construção de ligações transversais responsáveis por fazer a conexão entre a orla leste até a orla oeste, e a construção de um eixo longitudinal, responsável por ligar a parte norte até a parte sul da ilha. Um terceiro grupo de vias são aquelas construídas nas orlas de cada localidade. Essa estrutura viária, afirma o representante, possibilitará a conexão entre os espaços da ilha e, dessa maneira, facilitará o acesso dos serviços concentrados em Praia Grande. Junto ao viário interno o plano sugeriu a reforma dos atracadouros existentes e que estão funcionando sobre as condições ruins, além da construção de novos atracadouros onde eles ainda não existam. O representante entende que a estrutura de atracadouro proposta, integrada à construção do viário interno, possibilita que a ilha se comunique internamente.

Durante a apresentação, alguns dos presentes fizeram questionamentos sobre o caminho que liga a orla de Praia Grande à Santana, isso porque dependendo da maré o caminho se torna difícil. Foi respondido que em todas as conexões onde o tráfego se torna inacessível por conta da maré, a solução é a construção de vias internas. No caso

específico entre Santana e Praia Grande está previsto a construção de uma via pela orla, mas também existirá o viário interno interligando as localidades da ilha. Dessa maneira, o trânsito estará assegurado, independente da maré.

Segundo alguns presentes essa via interna alongaria a distância entre Santana e Praia Grande, dificultando assim o acesso. Para transitar entre as comunidades, afirmou um dos presentes, os moradores precisarão fazer um contorno. O representante da FFA afirma que o caminho da orla normalmente utilizado não vai deixar de existir. Outro caminho será feito, permitindo assim, que em momentos onde o trânsito via orla esteja impedido pelas marés, o deslocamento de pessoas entre Santana e Praia Grande não seja impedido.

O funcionário da FMLF destacou que foi recorrente durante as oficinas o questionamento sobre a concentração de equipamentos em Praia Grande. Determinados equipamentos, ele explicou, precisam estar concentrados em áreas onde se encontrem maior contingente populacional e que as demais comunidades tenham possibilidade de se deslocar até esses equipamentos. A centralidade de Praia Grande, portanto, permitiria junto com as construções das vias que todos os moradores de Ilha de Maré acessassem os serviços concentrados nesta região.

Outros equipamentos, no entanto, seriam construídos em cada comunidade. Esses auxiliam no fortalecimento das comunidades locais. Alguns dos exemplos citados foram os centros comunitários e os equipamentos de apoio à pesca.

Foi informado que todas as comunidades de Ilha de Maré estão enquadradas pela legislação municipal como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) seja por estarem localizadas dentro de um espaço de conservação ambiental, seja por serem comunidades quilombolas. Essas zonas são criadas para a regularização das questões urbanísticas, questões de moradia e questões relacionadas à regularização da propriedade do solo.

Ainda relacionado à compreensão do território, o funcionário informou que um estudo foi feito para identificar, no território, quais são as áreas de expansão. São consideradas áreas de expansão aquelas não ocupadas ou pouco ocupadas, de baixo valor ambiental

e inclinação do relevo que permite edificação, onde foi identificada a possibilidade de implantação de equipamentos, bem como suprir as necessidades habitacionais da população de Ilha de Maré que, ele lembra, vem se expandindo.

Por fim, o representante explicou que o que foi apresentado na reunião em curso será materializado em um documento final. Ele afirma que este será organizado em eixos temáticos e que para cada um desses eixos, haverá um conjunto de objetivos associados a ele. Cada objetivo, por sua vez, explica o representante, estará associado a uma meta, que já direciona para o lugar onde e para o tempo no qual o objetivo será alcançado. Por fim, as metas se desdobram em um conjunto de ações. O cumprimento de uma meta ocorre assim que as ações associadas a ela são concluídas.

O representante da FMLF encerrou a apresentação informando que o plano de Ilha de Maré contém ações de curto, médio e longo prazo. As que participam do primeiro grupo – as ações de curto prazo- são aquelas que se encerram dentro de uma gestão. As ações de médio prazo estão previstas para se encerrar até 2028, excedendo, portanto, o horizonte de mais de uma gestão. São consideradas ações de longo prazo as que excedem esse horizonte por motivo de investimento ou complexidade. Dito isso, o momento seguinte foi destinado à retirada de dúvidas e complementações a serem feitas pelos moradores.

A primeira moradora a falar discorreu sobre a formação de Ilha de Maré e defendeu que em toda a Ilha existiam quilombos. Segunda a mesma, no território de Ilha de Maré existiam escravos, índios e ciganos. Baseado nessa história, a moradora pede para que os responsáveis pela construção do plano registrassem a Ilha de Maré como um Quilombo.

A segunda moradora a falar, destacou que a proposta inicial era que a construção do plano em questão duraria oito meses e que adicionando o tempo necessário para a publicação do caderno, o planejamento iria durar aproximadamente quase um ano. A liderança frisa que uma vez que após décadas de abandono, a execução completa do plano está prevista para 2028, ela considera que o que está acontecendo é mais que descaso, é racismo institucional.

A mesma moradora, questionou dois outros pontos. Primeiro ela apontou que durante todo o processo de planejamento ela nunca soube que a Ilha de Maré tinha ZEIS e que, portanto, as áreas estão sendo identificadas sem o envolvimento da população da ilha. O segundo ponto apresentado foi o questionamento sobre como enquadrar a Ilha de Maré, uma vez entendida pelos moradores como zona rural, ela foi trabalhada como área urbana.

Outro morador parabeniza a fala anterior e reafirma a importância da participação ativa das pessoas das comunidades para a construção do Plano.

A representante da FMLF argumenta que desde de o início do Plano sempre houve participação e o Plano foi construído de forma coletiva ao longo de meses. Além disso, também argumentou sobre o significado das ZEIS e a comunidade demarca que não sabem o que são ZEIS e que isso nunca foi debatido com as comunidades. Assim, será preciso outro momento específico para discutir as ZEIS.

A funcionária retoma explicando que as ZEIS constam no Estatuto da cidade e são garantidas por lei. Desse modo, as comunidades amparadas pela poligonal de ZEIS podem defender seus territórios frente à especulação imobiliária e empresários. A funcionária passa a fala para que todos os inscritos possam falar.

Um membro de uma comunidade ao Norte da ilha ressalta que os alunos que vão para a escola na comunidade de Praia Grande, são transportados sem a devida segurança e sem a presença de um funcionário da prefeitura para acompanhá-las e mantê-las seguras. Assim, quando a maré está grande o transporte pelo mar se torna mais perigoso. Nesse sentido, a comunidade ressalta que é importante a construção de outra escola que abranja os estudantes do Norte. Também apontou a importância de outra Unidade de Saúde no norte, dividindo assim a demanda na ilha.

É destacado também a falta de transporte público e o alto valor cobrado pelos barqueiros. Pontuam também que não havia médico no posto de saúde e durante a pandemia foi a única área que avançou pelas cobranças das lideranças de Ilha de Maré. Assim, são reivindicadas construções como escola, posto de saúde em outras comunidades. A ambulância também é destacada como ponto a melhorar, uma

vez que deveria estar a serviço da Ilha de Maré, mas atualmente está ancorada na Barra e só vai até a Ilha nos finais de semana ou quando recebem chamados trágicos.

A comunidade indaga sobre quem é o ouvidor da Ilha de Maré e o ouvidor se pronuncia como servidor setorial da SEINFRA. No entanto, as pessoas desconhecem o ouvidor e ressaltam que não são atendidos pela ouvidoria. Destacam também que na ilha tem mais de vinte pedagogos formados e que nenhum trabalha na escola na Ilha de Maré. Em contraponto, os professores vão do continente para ilha e quando chove não atravessam e, conseqüentemente, não há aulas. Assim, é preciso que os professores atendam as especificidades das comunidades da ilha.

Foi ressaltado também que em período de maré grande há esvaziamento nas reuniões, pois as pessoas vão pescar. Desse modo, marcar reuniões nesses períodos é desarticular os pescadores e marisqueiras. Assim, reuniões não podem ser marcadas nesses períodos. Além disso, quando houve a proposta do plano não foi comunicado às comunidades que haveriam ações que só se realizarão em 2028, mas sim uma escala de prioridades. A comunidade ressalta também que não há praças em todas as comunidades da ilha, por isso as obras devem abranger todas as comunidades, sem se concentrar em localidades específicas. Desse modo, é importante também que o atendimento do CRAS seja realizado em todas as comunidades da ilha. Uma funcionária do CRAS argumenta que nos dias de terça e quinta-feira há saídas de funcionários para todas as comunidades, mas que é preciso ampliar o atendimento.

Uma professora da escola ressalta que tudo que houver na Ilha de Maré tem que levar em consideração as comunidades, os horários da maré e os períodos do vento. Além disso, destaca que a maioria dos professores possuem contratos não efetivos. Por isso, faz-se necessário a realização de um concurso para professores efetivos que priorize as professoras que são de Ilha de Maré.

Um morador da ilha destaca que a cobrança por direitos em Ilha de Maré é histórica. E destaca a importância de uma audiência pública extraordinária vinda da prefeitura apresentando a função de cada funcionário, para que assim as comunidades possam conhecer a quem cobrar diretamente.

Outro morador destaca também as mudanças que vêm ocorrendo nas escolas públicas na ilha. E ressalta que é preciso continuar na cobrança por melhorias como o transporte público e uma escola estadual.

O ouvidor da ilha destaca sua presença e ressalta que é procurado na questão da iluminação, limpeza urbana e programas sociais. Destaca também a melhoria na saúde e a questão do espaço na ilha para instalação de equipamentos públicos, por isso centralizada em algumas localidades.

A comunidade rebate que muitos planos só ficam no papel, por isso é importante ações concretas. Nesse sentido, é importante construir e melhorar os caminhos da Ilha de Maré.

Outro morador destaca sua importância na internacionalização de Ilha de Maré e fala que está entrando em acordo com a escola de samba Unidos da Tijuca para o carnaval, associando a produção em Ilha de Maré ao turismo com outros estados.

Uma funcionária do CRAS aborda que este está na ilha desde 2008 e ressalta a importância da assistência social no local. No entanto, o trabalho é dificultado pela falta de barco próprio para se locomover por todas as comunidades. Ela destacou que a secretária está adquirindo o barco e em breve aumentará as idas às comunidades ao norte.

Um morador da comunidade destaca que é importante que as ações aconteçam. Que o plano seja efetivado, mas que é preciso urgência na saúde, necessitando de duas ambulâncias que atenda toda a ilha em tempo integral. Ele destaca ainda que na comunidade de Praia Grande houve uma limpeza intensificada no dia da reunião, já que esta reunião contou com a presença do poder municipal, limpeza esta que não ocorreu nas demais localidades.

Uma moradora debate que quando é pontuada a melhoria na saúde, educação, saneamento básico não é uma crítica, mas uma reivindicação do que é de direito das comunidades. Ela destaca também que a melhoria na saúde foi luta, intervenção e cobrança das pessoas das comunidades. Assim, reafirma que é preciso ações urgentes da prefeitura. Aborda também que não se pode esquecer dos antepassados, da história

e memória dos que passaram na ilha. Para ela, sem essa lembrança também não há vida. Outro destaque da moradora, é um agradecimento às pessoas que participaram das oficinas e que se não estivessem presentes o plano não teria acontecido. Ela alerta também que devem se unir e ser inimigos do capitalismo, não uns dos outros.

Um membro da comunidade apresentou um Projeto Social de Futebol e pediu encarecidamente um apoio institucional, já que funciona segundo a solidariedade e ajuda comunitária. Mesmo assim, o projeto tem tido resultados positivos. O primeiro é que está tirando os jovens da rua, além de atender todos os públicos: crianças, jovens, adultos e idosos; segundo é que já tem jovens e crianças migrando para o futebol profissional nos times do Bahia e Internacional, através do Projeto Grêmio Ilha de Maré.

Logo após a fala em pedido de apoio para escolinha de futebol, a próxima a falar na comunidade foi em tom de repúdio, a moradora comentou dos planos já construídos e nenhuma execução prática, complementou descrevendo alguma das dificuldades de fazer a tradicional Festa das Neves que acontece a mais de vinte anos, enfatizando que a manutenção da Igreja está exclusivamente sendo feita pela comunidade que angariou entre os moradores a verba de sete mil reais para reformar. Também enfatizou a falta de emprego de suas filhas jovens e de outros jovens da comunidade.

Ela disse também sobre as condições de Itamoabo, quando a maré sobe os vasos sanitários transbordam, a orla está com contenção precária e as vias em péssimas condições. Pediu encarecidamente e enfatizou o direito de acesso a políticas públicas que garantam a qualidade de vida local. Falando do acesso escasso a recursos públicos.

O Posto de Saúde ainda não se encontra em condições plenas de funcionamento, bem como as escolas, que tem nas comunidades pessoas capacitadas para o ensino e que estão desempregadas. E por fim, disse que no período eleitoral sempre surgem muitos planos, propostas e parcerias que pós eleição não se concretizam, deixando a ilha sob extremo abandono.

A representante da Prefeitura, responde que as demandas que os moradores trouxeram são recorrentes e foram identificadas durante os nove meses da execução do projeto,

e que ela entende as críticas, mas que o Plano Urbanístico de Ilha de Maré não se trata de um objetivo eleitoral e sim uma responsabilidade da FMLF via Prefeitura, independente de quem ocupa os cargos de governança.

A Prefeitura continuou dizendo que a construção participativa e democrática do Plano possibilitou levantar todas essas demandas da comunidade, por se tratar de um plano horizontal e democrático construído em diálogo com a comunidade, sendo assim o diagnóstico da devolutiva final do Plano teve a aprovação da comunidade, porque os próprios moradores construíram o Plano, sendo este um dos primeiros modelos a serem implementados em tal formato.

Sendo assim o Plano dá possibilidades de escutas mais profundas e uma implementação mais fidedigna e a própria documentação do Plano e posteriormente publicação, vai garantir o acesso irrestrito, tendo este documento como garantia de implementação.

A prefeitura também colocou a importância das falas para nortear a implementação de equipamentos, que de certa forma serão centralizados, a maior parte destes no sul da Ilha, mais que o Norte também foi atendido e sugerido outros equipamentos propondo uma descentralização, que serão avaliadas segundo o diagnóstico territorial, mais que garantirão o bem viver social, dividindo os equipamentos de forma mais democrática possível entre Norte e Sul.

Por fim a prefeitura coloca de forma objetiva a validade do Plano, primeiramente construído horizontalmente, com uma escuta ativa da Prefeitura e Consultoria FFA, segundo por se tratar de trazer registros e devolutivas a cada etapa da construção do Plano e entrega as comunidades do material, para que possam cobrar aos órgãos competentes a implementação mantendo o controle social. Também a pluralidade dos moradores e demandas que foram possíveis ser identificadas na construção do Plano. O Plano impresso e Virtual se tornará um documento de controle social, que poderá ser usado para futuras cobranças aos órgãos competentes e as melhorias exigidas, seja em âmbito Federal, como por exemplo a questão da reforma latifundiária, como também Governamental e Municipal.

A importância do Plano, segundo a Prefeitura, é mais que um documento, é uma ferramenta de controle social das políticas públicas direcionadas para Ilha e será publicada com todas as demandas elencadas pela comunidade durante um ano de construção participativa. Também pediu desculpas pela confusão da marcação do dia e horários agendados para o último encontro, levando em consideração a fala da comunidade quanto a maré, que estava propícia para mariscagem. O trabalho de campo, com mobilização mais profunda, e a convivência com os moradores, possibilitou que a prefeitura tomasse conhecimento das dificuldades da Ilha e pensar soluções para saná-las. O conhecimento se deu também quanto a questão Quilombola e a força ancestral que mantém a ilha de pé, reconhecendo a necessidade de permanência com qualidade de vida e manutenção das comunidades.

Durante sua fala, a representante da FMLF comentou a presença de membros do IBGE ali presentes. Estes foram convidados a fazer o informativo sobre o início do levantamento, previsto para o dia 17/08/2022, e foi reforçado a necessidade de colaboração com o Censo do IBGE e a importância do auto identificação da identidade Quilombola.

Por fim, o Plano propõe um novo olhar para ilha e será o balizador para outros órgãos consultar. Apesar da não presença do Prefeito, os representantes presentes na reunião ficaram de levar a relatoria completa. A representante informou que institucionalmente o Plano terá uma força legal, seja por meio de um decreto, seja uma Lei. A FMLF vai propor um Decreto assinado pelo prefeito para contemplação imediata do Plano e implementação das obras.

A prefeitura se despede agradecendo a participação de todos, enfatiza que tudo que foi trazido está sendo documentado pela equipe e será feita uma devolutiva para comunidade virtual na página da FMLF.

Antes do encerramento, a comunidade faz uma ressalva final quanto ao termo “ferramenta de controle social”, utilizado pela representante da Prefeitura. A moradora destacou que o Plano não é visto pela comunidade como uma ferramenta de reivindicação e controle como sugerido pela representante da Prefeitura, a comunidade reconhece que a utilidade do plano é para auxiliar na implementação em tempo hábil a

partir do cronograma apresentado pela Prefeitura no planejamento, entendendo que o plano urbanístico trata de um projeto de políticas públicas e garantia de direitos, não o identificando como nenhuma ferramenta de controle social que garanta o acesso já que é um direito constitucional. A comunidade enfatiza que os moradores estão de acordo com o plano apresentado, entretanto, exige que um cronograma com datas das próximas etapas seja disponibilizado o mais urgente possível.

A Prefeitura encerrou a reunião agradecendo a fala, enfatizando o Plano como ferramenta de controle social da comunidade e reforçando a disponibilidade de todos os documentos cabíveis no site da fundação.



Figura 1 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022



Figura 2 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022



Figura 3 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022



Figura 4 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022



Figura 5 - Registro fotográfico da oficina realizada em Praia Grande 10/08/2022

2. Anexos

2.1. Prancha Plano Urbanístico de Santana

2.2. Ilustração Plano Urbanístico de Santana

2.3. Prancha Plano Urbanístico de Itamoabo e Neves

2.1. Ilustração Plano Urbanístico de Itamoabo e Neves

2.2. Prancha Plano Urbanístico de Praia Grande

2.3. Ilustração Plano Urbanístico de Praia Grande

2.4. Prancha Plano Urbanístico de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa

2.5. Ilustração Plano Urbanístico de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa

2.6. Prancha Plano Urbanístico de Botelho

2.7. Ilustração Plano Urbanístico de Botelho

2.8. Prancha Plano Urbanístico de Bananeiras e Maracaná

2.9. Ilustração Plano Urbanístico de Bananeiras e Maracanã

2.10. Lista de Presença da Oficina